



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative
CommonAtribuição 4.0
Internacional.

ESTADO DO CONHECIMENTO DOS ANAIS DO COLÓQUIO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (2013-2023)

Claudiana Lopes Barbosa de Oliveira Ferreira¹

Lorena Abdon Nobre de Queiroz Freire²

Radyfran Nascimento de França³

RESUMO

Este artigo teve por objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre as produções científicas que tratam das temáticas das ações afirmativas e diversidade. Para a realização deste estudo foram selecionados os trabalhos dos Anais do Colóquio A produção do conhecimento em Educação Profissional, no período de 2013 a 2023. Os referenciais teórico-metodológicos que ancora a análise foram: Andery (2012), que subsidiou a visão ampla das diversas epistemologias da ciência, numa perspectiva histórica; os autores Kosik (2011) e Kuenzer (2011) contribuíram com o método materialismo histórico-dialético; e, Morosini et al (2021) amparam as bases metodológicas do Estado do Conhecimento. A metodologia utilizada é de caráter quantitativo e abordagem qualitativa para a construção do estado de conhecimento, desde a coleta dos dados até a análise e síntese. Para isso, adota-se a revisão bibliográfica e documental, cujo material analisado compõe-se da produção científica dos Anais do Colóquio em um decênio. O estudo propõe-se a responder à seguinte questão de pesquisa: Quais as contribuições das produções acadêmicas sobre ações afirmativas e diversidade no âmbito do Colóquio A produção do conhecimento em Educação Profissional, entre os anos de 2013 e 2023? Os resultados da pesquisa atestam baixa produção acadêmica nos temas relativos às cotas raciais, gênero e educação inclusiva, no contexto da educação profissional. Conclui-se que a construção do estado do conhecimento sobre ações afirmativas e diversidade é de grande relevância para compreensão da área por novos pesquisadores, assim como viabiliza as discussões no meio acadêmico e predispõe à reflexão e pesquisa neste campo que ainda carece de inclusão das diversas minorias sociais, tão silenciadas e marginalizadas historicamente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento. Ações Afirmativas. Diversidade. Educação Profissional.

¹ E-mail: claudiana.ferreira@escolar.ifrn.edu.br

² E-mail: lorena.queiroz@ifrn.edu.br

³ E-mail: radyfran.nascimento@ifrn.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que objetiva apresentar as produções científicas que discorrem sobre ações afirmativas e diversidade, nos Anais do Colóquio A produção do conhecimento em Educação Profissional, entre 2013 e 2023. Assim, o produto resultou do estado do conhecimento que buscou suscitar reflexões sobre os temas.

O critério de escolha da pesquisa pelo primeiro decênio do Colóquio se deve à relevância institucional, nacional e internacional do evento. Desde a primeira edição, em 2013, o evento propõe-se a divulgar a produção científica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Assim, sistematizou-se os dados em quadros a fim de analisar as temáticas sobre ações afirmativas e diversidade, uma investigação significativa para os autores em questão, uma vez que são discentes do referido Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado e de doutorado, e suas proposições de dissertação e tese interseccionam com o tema pesquisado neste artigo.

Esta pesquisa ancora-se nos seguintes referenciais teóricos: (ANDERY, 2012) subsidiou a visão das diversas epistemologias da ciência em uma perspectiva histórica; (KOSIK, 2011) e (KUENZER, 2011) contribuíram para o alicerce metodológico que se baseia no materialismo histórico-dialético; e (MOROSINI, 2021) dialoga com as bases teóricas do estado do conhecimento, que fundamentaram a análise das produções acadêmicas e também as considerações finais.

Dessa forma, o trabalho pretende responder a seguinte questão de pesquisa: quais as contribuições das produções acadêmicas sobre ações afirmativas e diversidade, no âmbito do Colóquio A produção do conhecimento em Educação Profissional, no período de 2013 a 2023?

A fim de elucidar a complexidade do tema e explicá-lo de forma adequada, a metodologia utilizada é de caráter quanti-qualitativo, visando à construção do estado de conhecimento, desde a coleta até a análise dos dados. Para isso, dispõe-se de uma revisão bibliográfica e documental, cujo material compõe-se da produção científica do decênio do Colóquio em tela. Além disso, baseia-se na definição de Estado do Conhecimento expressa por Morosini, Nascimento e Nez (2021, p. 71)

[...] a construção do estado de conhecimento, como atividade acadêmica busca conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre determinada temática, subsidiar a dissertação e/ou tese em educação, delimitando o tema e ajudando a escolher caminhos metodológicos

e elaborar a produção textual para compor a dissertação/tese.

Nessa direção, realizamos o levantamento das produções sobre ações afirmativas e diversidade no Colóquio, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Produções sobre ações afirmativas e diversidade no Colóquio – 2013-2023

PRODUÇÕES SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES NO COLÓQUIO				
2013-2023				
ANO	EDIÇÃO	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	GÊNERO	COTAS
2013	II	0	2 artigos	0
2015	III	3 artigos	1 artigo	0
2017	IV	4 artigos	0	1 artigo
2019	V	4 artigos	3 artigos 3 resumos	0
2021	VI	6 resumos	5 resumos	0
2023	VII	15 resumos	7 resumos	1 resumo

Fonte: Elaboração própria.

Após o levantamento constatou-se baixa produção científica, dada a relevância das temáticas em pauta. A seguir, detalharemos e discorreremos sobre cada edição do evento.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DO COLÓQUIO

A educação inclusiva tem ganhado atenção nas últimas duas décadas, sobretudo nas políticas educacionais. Dentre as bases legais que norteiam a

Educação Inclusiva, a Lei de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 “é a atual lei que garante o direito à inclusão em sua plenitude, a necessidade de dar continuidade a esse direito, garantindo qualidade e equidade [...]” (Araújo, 2023, p. 3249). Segundo o capítulo IV, Art. 28, desta lei, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, entre outros, “o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades

e condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Sob o contexto educacional, é necessário compreender e propiciar a participação de todos os alunos, sem qualquer distinção, e promover possibilidades de desenvolvimento. Desse modo, destaca-se a relevância de estudos sobre políticas, formação e ensino educacionais direcionadas para a inclusão, numa perspectiva emancipatória e cidadã.

O estado do conhecimento na área da Educação Inclusiva, na perspectiva da Educação Profissional, investiga os trabalhos nesta linha presentes no Colóquio. Utilizamos os descritores “Educação Inclusiva e Educação Profissional” e “Educação Inclusiva”. Ademais, para ampliar o espectro de busca, usou-se o descritor “Diversidade”.

Salientamos que o Governo Federal destinou às pessoas com deficiência um dispositivo legal de reserva de vagas (cotas) para aplicação nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, promulgada pela Lei nº 13.409, de 18 de dezembro de 2016.

Após o mapeamento do material examinado, elaborou-se uma síntese com o resultado da análise dos descritores que constatou a predominância de produções relativas à Educação Inclusiva e Diversidade no Eixo Temático de Formação

Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional, com o total de 18 trabalhos. Em seguida, o Eixo Temático Políticas e Práticas em Educação Profissional contabilizou 14 produções, e, em último, o Eixo Diversidade e Bem-estar na Educação Profissional com cinco trabalhos.

Delineando o Eixo Diversidade e Bem-estar na EPT, no Colóquio III, Souza e Rego (2015) traçaram a reflexão sobre o conceito de Diversidade para a Pedagogia histórico-crítica na educação profissional e tecnológica na perspectiva da pedagogia histórico-crítica para a formação de professores.

Nas duas edições seguintes, o Colóquio V apresenta o tema da Sexualidade, concebida pelos autores Maia e Neto (2019), que discutiram a Formação humana integral e sexualidades dissidentes no Ensino Médio por meio do Estado da Arte, assim demonstrando o ineditismo da temática Sexualidade e sua relação com a Educação Profissional. Essa temática se repete no Colóquio VII, com o resumo expandido intitulado “O currículo integrado e a sexualidade: uma breve discussão da PTDEM do IFRN”, de autoria de Lourenço, Tavares e Farias (2021).

Avançamos na mesma edição com o tema Diversidade e o artigo “Educação Profissional para a Comunidade

LGBTQIAPN+: mapeando a contribuição da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica – RBEPT”, de autoria de Araújo, Vilela e Silva (2023), que realça a importância dessa minoria e seu acesso à Educação Profissional, de cunho emancipatório e igualitário.

Ainda nesta edição, o artigo “Trabalho e educação na elaboração da política nacional para refugiados, apátridas e migrantes no Brasil: apontamentos iniciais”, elaborado por Silva e Kuenzer (2023), figura como um trabalho singular nos Anais do Colóquio por conceber um levantamento sobre reuniões do GT do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para estruturar a política nacional para refugiados, apátridas e migrantes visando identificar as políticas para trabalho e educação.

O Eixo “Diversidade e bem-estar na Educação Profissional”, criado no Colóquio VI, propiciou a submissão de trabalhos em uma área até então com exígua produção no evento, e decerto, estimulou a discussão e a pesquisa do assunto. Infelizmente, a edição seguinte, em 2023, excluiu esse eixo.

No Eixo Memória da Educação Profissional não houve produção relativa aos descritores “Educação inclusiva” e “Diversidade”. Ao averiguar a existência desses descritores no Colóquio II, confirmamos a ausência de trabalhos. No

entanto, com a imersão nos colóquios III, IV, V e VI, registramos a média de 5,25 produções por edição.

O VII e último Colóquio, em 2023, contabilizou 16 trabalhos, um salto de 220% em relação à edição de 2021 (cinco produções). As pesquisas versaram sobre as Políticas e Ações para efetivação da inclusão na Educação Profissional e também sobre Formação docente e práticas pedagógicas voltadas à inclusão. O destaque dessa edição se deve a seis artigos sobre a atuação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), cujos resultados comprovaram que o NAPNE realiza ações institucionais que contribuem para a inclusão da pessoa com deficiência.

É notável o interesse dos autores em pesquisar a História da Educação Inclusiva na Educação Profissional, bem como sua evolução, aplicação das leis, programas e ações. A exemplo do resumo expandido do Colóquio VI, de autoria de Gonzalez e Sofiato (2021), “A Educação Profissional de pessoas com deficiência no Brasil do século XX”, que examinou os dados do DIEESE (2019) e o Censo (2010) e confirmou que as pessoas com deficiência ainda são um público excluído do mercado de trabalho.

O mapeamento dos Colóquios expressou uma multiplicidade de produções

em Educação Inclusiva, com apresentação de Relato e Estudo de Caso. Houve semelhança em duas produções que defenderam a acessibilidade física em bibliotecas de institutos federais, bem como outros dois trabalhos acadêmicos discorreram sobre adaptação dos materiais pedagógicos em práticas pedagógicas para PCDs. No tocante à docência, aferiu-se a ocorrência de duas produções que investigaram se os professores tinham formação para o ensino às pessoas com deficiência, resultando em uma resposta negativa quanto à formação em Educação Inclusiva.

Sassaki (2009), uma das principais referências em Educação Inclusiva no Brasil, destaca a inclusão como um processo no qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – nela incluída a étnico-racial, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outras particularidades – com a colaboração dos próprios indivíduos na elaboração e práticas dessas adequações. Portanto, ressalta-se a importância que tiveram os Colóquios na propagação dos temas Inclusão e Diversidade, dando vazão às produções concernentes às práticas docentes em instituições de Educação Profissional, bem como abordagens quanto às políticas

públicas, assim contribuindo para divulgação científica.

AS PRODUÇÕES SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO COLÓQUIO

Nos últimos anos, questões sobre gênero têm ganhado destaque, isso se deve às mudanças sociais e culturais impulsionadas pela globalização, assim como a avanços na legislação e iniciativas de empoderamento feminino na sociedade contemporânea. Dessa maneira, a análise desta seção direciona para a reflexão das ações afirmativas como políticas que buscam promover a inclusão do lugar da mulher, historicamente excluída. No contexto de gênero, essas ações têm sido implementadas para combater ou pelo menos minimizar, a desigualdade de oportunidades nas diversas esferas da sociedade, com vistas à inclusão das mulheres em espaços antes dominados por homens, o que também reverbera no âmbito da Educação Profissional.

Ao analisarmos o processo histórico, e apesar dos progressos quanto às reflexões e no que tange aos direitos das mulheres, as pesquisas que discorrem sobre o gênero no contexto das ações afirmativas, ainda são atravessadas por contradições que estão intimamente ligadas à sociedade capitalista da atualidade. Além disso, é fundamental questionar se essas políticas

atendem às necessidades das mulheres, em especial, aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, é importante investigar com rigor científico, se as políticas resultam em transformações nas estruturas sociais e mudanças nas relações de poder, ou estão voltadas para fazer os famosos “arranjos” dentro das propostas de políticas públicas voltadas às questões de gênero. Para responder parte dessas investigações, recorreremos às produções acadêmicas dos Anais do Colóquio para verificar o contexto histórico de cada edição e o que se tem pautado sobre as questões de gênero e sua inclusão na atualidade.

Na perspectiva marxista, as relações do trabalho constituem a base da divisão de classes e do processo de exploração, produzindo consequências que se manifestam nos âmbitos econômico, geopolítico e ecológico, e que intensificam situações de vulnerabilidade social. De acordo com Kuenzer (2011), os indicadores mostram um crescimento constante desse quadro, atingindo de forma mais acentuada as questões relacionadas a gênero e diversidade. O atual regime de acumulação capitalista, sustentado pela lógica da flexibilização, promove um processo de “inclusão excludente” da classe trabalhadora, que recai de maneira particularmente sobre as mulheres.

Nesse sentido, torna-se ainda mais complexa a reflexão sobre a questão de gênero. As lutas têm ganhado cada vez mais espaço na individualidade, o que é legítimo, no entanto enfraquece o lugar da classe trabalhadora, como luta coletiva. Kuenzer (2011) refere-se a esses fatos como dualidade invertida, ou seja, a autora chama essa dualidade de inclusão excludente ou exclusão includente. As ações afirmativas quanto às questões de gênero estão inseridas nessa dualidade invertida? A inclusão das ações afirmativas em relação ao gênero e à diversidade é excludente?

Ao verificarmos as produções acadêmicas, observa-se que o governo vem implantando ações afirmativas para permitir maior inclusão social, no entanto, verifica-se que essas ações ainda apresentam limitações, apesar de o discurso de contribuir para a equidade, as pesquisas evidenciam que a mera inclusão quantitativa não é suficiente; é necessário haver mudanças qualitativas que reflitam em todas as áreas da sociedade em que as mulheres estão inseridas.

Diante disso, o assunto “gênero” está no foco de interesse de pesquisa de uma das autoras, a qual verificou que, nos últimos anos, questões sobre gênero têm ganhado destaque nas produções acadêmicas nacionais e internacionais. O estado do conhecimento, no que tange às

questões de gênero, na perspectiva da Educação Profissional, investiga os trabalhos presentes nos Anais do Colóquio e o contexto histórico, político e social em que as pesquisas estavam inseridas. Considerando as ações afirmativas, optou-se pelo descritor “gênero” e pelos trabalhos acadêmicos produzidos entre 2019 e 2023.

Conforme os dados catalogados, constata-se ao todo 15 resumos expandidos e seis artigos entre 2015 a 2023, que discorrem sobre a temática. Após o levantamento dos Anais do Colóquio, uma breve análise foi elaborada como resultado das produções acadêmicas. Nesse sentido, constatou-se que as pesquisas sobre Gênero estão em maior quantidade no Eixo Temático Formação docente e práticas pedagógicas na Educação Profissional e no Eixo Temático Políticas e práticas em Educação Profissional, além das produções acadêmicas sobre questões de gênero, também analisamos brevemente o contexto histórico e político do período de cada edição.

Na edição de 2013, contamos com dois artigos, sendo eles: “Mulheres em vulnerabilidade social: a educação e a (re)inclusão na sociedade, recortes do Programa Mulheres Mil”, da autora Neli de Lemos, cujo objetivo foi analisar a teoria e a prática do Programa Mulheres Mil na

cidade de Jaraguá do Sul, SC, no período de 2011 a 2012.

Nessa mesma edição, destaca-se a produção de Sandra Cristina Santos Alves e Ionara da Nóbrega Amâncio, intitulada “A inclusão produtiva de mulheres e suas percepções sobre seu papel na sociedade contemporânea”. O estudo foi pautado na experiência de trabalho no Programa Mulheres Mil, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no município de Cabedelo. Naquele ano, o contexto político brasileiro estava amplamente voltado para as questões de gênero. Nessa perspectiva, o Senado Federal do Brasil, aprova, por unanimidade, a proposta de ampliação dos direitos das empregadas domésticas e muitas manifestações populares (tarifa dos transportes e uso de dinheiro público para realização da Copa do Mundo e dinheiro para saúde e educação, foram alguns deles), protestos que mudaram o rumo do cenário democrático do país.

Em 2015, apenas um artigo do Eixo temático I- Políticas em Educação Profissional, intitulado “Reflexões iniciais sobre Políticas Públicas de Educação Profissional e gênero no Brasil no Século XXI”, de autoria de Rita de Cássia, que discutiu o direito à educação e o papel do Estado frente às políticas públicas implementadas, pós-anos 1990. No ano

dessa edição, o contexto do Brasil foi marcado pela crise econômica e política, com reflexo nas contas públicas, reformas políticas e início das demandas pelo impeachment da Presidenta da República, Dilma Rousseff. Também foi um ano inflamado no que diz respeito a discussões sobre gênero e assédio. Na Câmara, o chamado PL do Estupro, deu origem a manifestações que o entendem como afronta aos direitos das mulheres. Nesse mesmo cenário, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi a persistência da violência contra a mulher no Brasil.

Na IV edição do evento, que ocorreu no ano de 2017, não houve produção, o que chama atenção pela escassez do descritor Gênero em meados de um contexto político, social e econômico, pós-golpe, concretizado no impeachment da Presidenta da República, Dilma Rousseff, um marco de retrocesso para a classe trabalhadora, especialmente para a representatividade das mulheres.

Em 2019, um ano marcado por crise econômica e retrocessos em várias áreas, houve mobilização dos estudantes contra os cortes na educação e mudanças na legislação por meio de decretos. Constatou-se na V edição, três artigos e dois resumos, sendo eles: “Desafios de acesso e permanência do sujeito estudante feminino

do CTISM/UFSM”, que versa sobre a historicidade dos direitos estudantes e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), elaborado por Porto, Winter e Maraschin; “Nota prévia: corpo, gênero e educação profissional: a profissionalização de mulheres na escola de saúde de Natal/RN” (autores: Souza, Neto e Gleyse), que constata uma lacuna e escassa quantidade de estudos sobre corpo e gênero nessa modalidade educativa; “Distribuição da força de trabalho por gênero no desenvolvimento de jogos eletrônicos no Brasil”, que analisa dados do censo da indústria brasileira de jogos (IBJD), de 2018, acerca da presença das mulheres no setor.

Em continuidade aos dados de 2019, os trabalhos sobre gênero compilados são: “Confluências entre o Programa Mulheres Mil e o III Plano Nacional de Políticas para mulheres: uma trama des(fiada) pela educação profissional e educação continuada”, que discute a necessidade do reconhecimento de que as mulheres são seres humanos e sociais, de autoria de Rita de Cassia Rocha, Lenina Lopes Soares Silva e Márcio Adriano de Azevedo. As pesquisadoras Cristiane de Brito Cruz e Olívia Moraes de Medeiros Neta apresentaram o artigo intitulado “A

presença das mulheres em projetos de extensão do IFRN”, cujo objetivo foi analisar a participação das mulheres servidoras do IFRN nos projetos de extensão. Nesse mesmo ano, os autores Robério Nunes Maia e Avelino Aldo de Lima Neto, apresentaram a produção intitulada “A formação humana integral e as sexualidades dissidentes no ensino médio integrado: uma discussão sobre o estado da arte”.

Na edição de 2021, marcada pela pandemia de Covid-19, contabilizamos cinco resumos expandidos. No êxito temático 2- Formação docente e práticas pedagógicas em Educação Profissional, temos o resumo expandido com o título “Aporte para fundamentar as práticas pedagógicas que acolhem estudantes em situação de violência de gênero”, da autora Maria Carolina Xavier da Costa, que versa sobre as possibilidades das práticas pedagógicas relativas à violência de gênero no IFRN/CNAT. Da mesma autora e no mesmo eixo temático, tem-se o trabalho cujo título é “Diagnóstico de práticas pedagógicas relacionadas à violência de gênero nos projetos de pesquisa do IFRN (Campus Natal – Central)”.

Já no Eixo temático 3- História, historiografia e memória da educação profissional, as autoras Raiana Marjorie Amaral de Oliveira e Lenina Lopes Soares

Silva, trouxeram o resumo: intitulado “Mulheres na educação profissional técnica de nível médio: um panorama das duas primeiras décadas do século XXI”. Essa produção teve como objetivo fazer um levantamento de dados oficiais para mapear a situação das mulheres na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Nesse mesmo Eixo Temático, destaca-se o resumo das autoras Alzenir Souza da Silva, Gilmara Catarine Dantas Costa e Francinaide de Lima Silva Nascimento, “Os percalços do ser mulher e professora no Brasil: um breve ensaio sobre os caminhos trilhados pelo sexo feminino no ensino profissional (1930-1940)”, cujo objetivo foi evidenciar a luta feminina pelo acesso à educação e à profissão docente, como elemento de conhecimento capazes de contribuir para a reconstituição histórica da Educação Profissional

E, por fim, no Eixo temático 4- Diversidade e bem-estar na educação profissional, temos o resumo das autoras Natasha Mendonça Nogueira, Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti e Ilane Ferreira Cavalcante: “A produção do conhecimento sobre os núcleos de estudos de gênero e diversidade sexual nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia”. Essa produção teve como objetivo apresentar o resultado do

mapeamento de produções acadêmicas publicadas no Catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acerca dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual nos Institutos Federais, com a finalidade de conhecer as ações desenvolvidas por esses Núcleos em prol das mulheres e da comunidade LGBTQIA+ no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ainda no eixo temático 4 - Diversidade e bem-estar na educação profissional, temos o resumo expandido intitulado “O currículo integrado e a sexualidade: uma breve discussão a partir da PTDEM do IFRN”, apresentado por Rayane Lourenço, Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares e José Vilani de Farias, que objetivou debater o referencial teórico do currículo integrado e sua relação com as questões de sexualidade.

Já na edição VII, que ocorreu no ano de 2023, constata-se um aumento expressivo de produções acadêmicas com sete resumos, sendo eles: “Estereótipo de gênero: o feminino como predominância no serviço social na Escola Industrial (1962-1968), cuja autora é Luana Maia de Souza, com o objetivo de analisar a prática do Serviço Social na Escola Industrial de Natal/Federal, no período de 1962-1968, considerando as questões de gênero e os

fundamentos histórico-culturais que moldam os comportamentos e sua influência na prática profissional.

As autoras Ana Kelyanne da Silva, Catarina de Araújo Dantas e Daniela Cunha Terto apresentaram o resumo intitulado “Gênero e educação: mapeando a trajetória das mulheres no curso da Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Natal Central”. O resumo intitulado “Matemática para todas as mulheres: explorando o mundo dos números”, elaborado por Jully Edson da Silva Martins, Rita de Cássia da Fonseca Andrade e Rosângela Araújo da Silva, também fez parte dessa edição.

O trabalho denominado “As mulheres no mundo do trabalho: a dinâmica de inserção das mulheres e a questão de gênero”, dos autores Ademí Eduardo Santa Rosa e Francinaide de Lima Silva Nascimento, discorre, através de revisão bibliográfica, sobre a dinâmica de inserção de mulheres no mundo do trabalho, considerando as transformações ocorridas.

As autoras Rita de Cássia Rocha, Maria Aparecida dos Santos Ferreira e Lenina Lopes Soares da Silva construíram um resumo expandido que versava sobre a “Educação para o trabalho para mulheres em uma análise contextualizada do Programa Nacional Mulheres Mil”, cujo

objetivo foi compreender o escopo da referida política à luz das referências produzidas no campo da Educação, da Ciência Política e da Sociologia, a partir dos anos 1990.

O resumo intitulado “Análises interseccionais sobre cultura familiar na formação humana e profissional das mulheres, das autoras Rute Moura de Melo do Nascimento e Sara Raphaela Machado de Amorim, utilizou narrativas autobiográficas construídas a partir de memórias de duas mulheres interligadas pelo laço da maternidade.

Por fim, o trabalho intitulado “Educação Profissional para a Comunidade LGBTQIAPN+: mapeando a contribuição da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica – RBEPT, de autoria de Lucas Schywan Aquino de Araújo, Gabriel Lucas Dantas da Rocha Vilela e Murilo Albuquerque de Carvalho da Silva, discorre sobre Educação Profissional, Comunidade LGBTQIAPN+ e o empoderamento da comunidade por meio do acesso à educação e ao trabalho.

Posto isso, a partir das informações coletadas na pesquisa sobre ações afirmativas de gênero nos Anais do Colóquio, conclui-se haver interesse de pesquisa, numa perspectiva de educação para a diversidade, embora com oscilações ao longo dos anos. Apesar de serem

reconhecidas como importantes e urgentes, verifica-se que ainda se insere no processo de inclusão excludente das políticas públicas. Após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, constatou-se que as produções traziam temáticas diversas, tais como: Programas (Mulheres Mil), economia solidária, luta pela valorização, emancipação feminina, violência de gênero, saúde da mulher, bem como sexualidade e gênero. Os intérpretes do tema gênero mais citados foram Hirata e Libânio, por trazerem discussões relevantes e contribuições sobre o processo de consolidação da cidadania feminina. Com a intensificação da globalização, o avanço da ciência e o crescimento do número de publicações acadêmicas, torna-se imprescindível fortalecer o compromisso com a divulgação de pesquisas voltadas às políticas de reconhecimento, especialmente no tratamento da diversidade e das questões de gênero. Nessa perspectiva, o rigor científico assume papel fundamental, pois contribui não para ampliação da visibilidade desses temas, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nosso apontamento é para a relevância do tema no âmbito do Colóquio, os resultados apontam que ainda há necessidade de desenvolvimento do percurso reflexivo e crítico do descritor em

questão pelos pesquisadores. Nesse ínterim, faz-se necessário, produzir no campo científico, o exercício de reflexão sobre o gênero e sua inserção na Educação Profissional. Historicamente, as mulheres enfrentam discriminação e desafios que limitam sua efetiva participação na sociedade. Para que a implementação de políticas seja eficiente, é preciso incluir as questões de gênero no currículo da Educação Profissional, assim como pesquisas voltadas para a temática e contextualizadas com as realidades sociais das mulheres, considerando suas complexidades para garantir uma perspectiva mais inclusiva.

Considerando a possibilidade de construir uma sociedade mais igualitária, pontuamos a importância do estudo sobre gênero, abordando diversos aspectos para avançar na luta pela equidade, essencial para avançar em direção a uma educação integral que não só capacita para o mercado de trabalho, mas que transforma. Percebe-se que a quantidade de pesquisas sobre essa temática ainda é ínfima em face da importância da pauta. Nesse sentido, constatamos que o quantitativo de produções poderia ser mais elevado. Em face dessa realidade, ao analisar o quantitativo de produções, observa-se que o descritor “gênero” apresentou redução na produção acadêmica ao longo dos anos.

Assim, pode-se afirmar que os pesquisadores têm se debruçado sobre questões que envolvem o gênero, no entanto percebemos a importância do debate de gênero ser articulado às políticas públicas educacionais.

AS PRODUÇÕES SOBRE QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO DO COLÓQUIO

Há algumas décadas, muito se tem debatido, no Brasil e no mundo, a necessidade de transformação socioeconômica das populações negras, sobretudo, em países que foram ex-colônias e que, em algum momento de sua história, lhes foi imposto o regime escravista como a principal fonte de riqueza. Tais nações, ainda hoje, trazem em seu lastro histórico a herança deixada por esse período nefasto que se caracterizou pela superexploração de seres humanos tendo como principal justificativa a cor da pele e a origem territorial.

Tal demarcação, de quem deve ser mais explorado ou não, usando o critério racial como principal indicador, em algum momento deixou de ser interesse para a estratégia capitalista de expansão, passando a ser bandeira do liberalismo econômico o combate a qualquer forma de atividade laboral que comprometesse e ameaçasse a liberdade humana, e o regime escravista estava entre essas ameaças. O ideário liberal

espalhou-se pelo mundo após o êxito da Revolução Francesa, inspirando uma onda de mudanças políticas e sociais, sobretudo, nas sociedades ocidentais.

Contudo, essas ideias liberais não mudaram a situação de subalternidade dos ex-escravizados nas colônias ou ex-colônias dos países europeus. Séculos após alguns países terem abolido a escravidão, ainda se pode verificar as cicatrizes deixadas por esse regime que, a exemplo do Brasil, perdurou cerca de quatro séculos. É nessa esfera de desigualdade de oportunidade, causada pela herança histórica do regime escravista entre as pessoas não brancas, enseja-se a eclosão de diversos movimentos antirracistas que criticavam e combatiam a perpetuidade da segregação social pelo viés da raça. Foi no interior desses movimentos que se cultivou uma gama de intelectuais negros que produziram uma vasta literatura que serviu de fundamentação para reflexões e ações, concretizada muitas vezes em forma de manifestações sociais que resultaram em conquistas, tanto na área social quanto política, da população negra.

O impacto dessas reflexões sobre a situação do negro, chegou ao Brasil, ainda na primeira metade do século XX, e tem sido pauta de estudos de diversos autores e autoras tais como Florestan Fernandes, Clóvis Moura, e uma nova geração como Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga,

só para citar alguns. O olhar científico sobre essa temática é crucial para que se tenha uma visão mais isenta de achismos, e que se busque aproximações com o real concreto e suas contradições, a fim de não ficarmos apenas nos limites da aparência ou da distorção conceitual.

Por essa razão, urge-se conhecer bem o objeto de análise, fazendo uso de métodos adequados a fim de se elaborar teorias e práticas que possam efetuar mudanças que correspondam às reais necessidades dos grupos humanos, pois “a realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque é só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós” (Kosik, 2011, p. 22-23). É ciente desse potencial que a produção do conhecimento científico é capaz de realizar, que julgamos relevante que tais assuntos, e em especial aqui, as questões que envolvam a pauta étnico-racial, sejam discutidos, pesquisados e publicados em anais científicos e diversos escopos.

O que passamos a tratar nesta seção é um levantamento das produções científicas que versaram sobre ações afirmativas, com foco nas questões étnico-raciais, nas diversas edições do Colóquio. O resultado obtido com esse levantamento foi um parco número de produções, ao longo de

todas as edições do Colóquio, que discutiram sobre a temática. Ao todo, apenas sete trabalhos foram apresentados no período de 2015 a 2023, visto não ter registro de produção acadêmica que discorresse sobre ações afirmativas especificamente voltadas às questões étnico-raciais no I Colóquio, em 2013. As edições de 2015, 2017, 2019 e 2023, apresentaram apenas um trabalho acadêmico que versava sobre o tema, tendo o maior número de produções na edição de 2021, com três artigos. Na sequência, será apresentada uma breve análise das produções, abordando seus aspectos mais relevantes para o estado com conhecimento, tendo como base os Anais do Colóquio.

Como já mencionado, a primeira produção acadêmica que abordou questões de cunho étnico-racial registrada nos Anais do Colóquio, ocorreu em 2015, em sua segunda edição. Essa produção foi um trabalho apresentado no Eixo temático II- Práticas integradoras em Educação Profissional, cujo título era “Vivências com alunos dos Cursos Técnicos Integrados, IFRN, CNAT, na comunidade quilombola Acauã, em Poço Branco – RN”, de autoria de Erineide da Costa Silva; José Cassimiro Felipe; Maria das Dores Lopes da Silva Ferreira e Vanessa Allana Souza Barbosa. Conforme anunciado no próprio título, o artigo propõe traçar um relato de vivências

na comunidade quilombola Acauã, em Poço Branco, RN, tendo como foco as aulas de Geografia do Curso Técnico integrado, IFRN, CNAT. A pesquisa foi realizada em parceria com o Núcleo de Pesquisas e Estudos Geográficos – NUPEG e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Gênero, Diversidade e Inclusão – NEGEDI.

O artigo buscou compartilhar as experiências vivenciadas por professores e alunos do Curso Técnico Integrado em Controle Ambiental, com o intuito de promover aos educandos uma leitura reflexiva e crítica sobre o cotidiano da comunidade quilombola Acauã, bem como a necessidade de se cultivar o respeito às práticas sociais, econômicas e culturais dessa comunidade e de seus descendentes, observados a partir da situação de desigualdade social por eles vivenciada. O artigo, após fazer uma contextualização da distribuição demográfica e geográfica das comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Norte, traz alguns dados socioeconômicos, extraídos das observações feitas pelos estudantes na ocasião da aula de campo.

Em 2017, Vanessa Gomes Lopes Angelim, José Anselmo Simões Jambeiro e Kaline Jurema Jambeiro Rocha, apresentaram o artigo intitulado “Análise das Ações afirmativas das identidades afro e indígenas e políticas de inclusão no

Instituto Federal Baiano”, que trouxe uma pesquisa desenvolvida no Programa de Educação em Direitos Humanos – PEDH, composto por diversos núcleos, dentre os quais inclui-se o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), cujo fim era analisar o desenvolvimento de ações afirmativas, especificamente voltadas para a população “afro” e “indígena”, averiguando seu carácter inclusivo galgado nos valores democráticos e respeito às diferenças.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que objetivou trazer uma visão geral da execução de ações afirmativas alinhadas às propostas e fins de Núcleos institucionais que têm como função a promoção da inclusão no âmbito escolar e na busca da efetivação de direitos sociais garantidos nas leis brasileiras. Por esse alinhamento, a pesquisa parte das análises de grupos como NEABI e NAPNE, para se obter dados que subsidiem a averiguação das ações afirmativas no âmbito do Instituto Federal Baiano. Embora a edição não indique no corpo do artigo em qual eixo temático esse trabalho acadêmico se inseriu, infere-se, a partir da forma de abordagem, enquadra-se no Eixo I, de Políticas em Educação Profissional.

Em 2019, o artigo intitulado “Apontamentos sobre a classificação racial

presente no Censo Escolar da Educação Básica com ênfase na Educação Profissional do Brasil (2005-2018)”, de autoria de Fabiana Teixeira Marcelino, Lenina Lopes Soares Silva e José Moisés Nunes da Silva, trouxe um levantamento inicial sobre a classificação racial nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica no Censo Escolar Brasileiro de 2005 a 2018, primeiro ano em que a categoria cor/raça foi solicitada no questionário, com o objetivo de apresentar e analisar os dados de estudos iniciais realizados por uma das autoras para a sua pesquisa de tese doutoral sobre acesso da população preta e parda à Educação Profissional após a instituição da reserva de vagas pela Lei Federal nº 12.711/2012, alterada pela Lei Federal nº 13.409/2016.

Este artigo, por ser fruto de uma pesquisa gestada dentro da linha de Pesquisa Política e Práxis na Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, quando apresentado ao Colóquio, foi inserido no Eixo I, de Políticas em Educação Profissional.

Já na edição do Colóquio de 2021, marcada pela pandemia de Covid-19, registrou-se o maior volume de produção acadêmica sobre ações afirmativas, especificamente tratando de questões

étnico-raciais, formando um total de três produções; a partir dessa edição, passou a se admitir resumos expandidos, e não apenas artigos ou posters. Os títulos que compõem essa edição do Colóquio que trazem as ações afirmativas voltadas especificamente às questões étnico-raciais são: 1. “O Neabi IFRN: aquilombamento para a educação das relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica”; 2. “As práticas pedagógicas de Educação Física no âmbito das relações étnico-raciais: implicações no Ensino Médio Profissional e Regular”; e 3. “É possível o marxismo encampar a luta antirracista? Discussões sobre as cotas raciais na educação”. Os dois primeiros títulos, respectivamente, foram inseridos no Eixo Temático II do Colóquio, dedicado às produções voltadas a pesquisas em formação docente e práticas pedagógicas em educação profissional, enquanto o último constou nas produções pertencentes ao Eixo I- Políticas em Educação Profissional.

O primeiro texto da edição de 2023, escrito por Nilton Xavier Bezerra e Ilane Ferreira Cavalcante, apresenta o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFRN – NEABI como espaço de aquilombamento, isto é, um potencial articulador de práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas, em conformidade com a Resolução nº 38/2021, que aprovou o

seu Regimento Interno e as orientações previstas nas Leis 10.639/03 e 11.645/08. No artigo, também se enfatiza que o termo “aquilombamento” é utilizado como um conjunto de ações para o combate ao racismo, à exploração, à opressão e às desigualdades sociais, análogo aos quilombos, no período colonial, pré-abolição, que serviam de refúgio e resistência aos povos escravizados. O resumo expandido não trouxe detalhes sobre a metodologia de pesquisa aplicada a essa averiguação, no entanto, se pode deduzir que foi efetuada uma análise documental aliada a uma revisão bibliográfica para se subsidiar a empiria necessária para se atingir o objetivo proposto.

O segundo texto, intitulado “Educação Física relacionada às questões étnico-raciais”, de autoria de Elizabel Martins Pantoja e Haroldo de Vasconcelos Bentes, tratou-se de um estudo que objetivou investigar as práticas pedagógicas de professores de a educação média profissional e regular buscando responder: como os professores de Educação Física articulam os temas da educação étnico-racial no âmbito do ensino médio, rede estadual e federal, na cidade de Cametá, PA? Ao abordar tal problema, buscou-se, a partir do aporte teórico e das concepções dos sujeitos, elementos para uma educação

contra-hegemônica e de valorização das diversidades, primando por uma formação omnilateral do educando. O estudo se utilizou da abordagem qualitativa e comparativa a fim de executar uma pesquisa-ação, tendo como principais técnicas de abordagem o grupo focal e entrevistas semiestruturadas com alunos e professores de Educação Física do Instituto Federal do Pará (IFPA).

Já o terceiro e último texto, elaborado por Fabiana Teixeira Marcelino e Lenina Lopes Soares Silva, buscou problematizar a luta antirracista, objetivando discutir a política de cotas raciais e educação profissional no Brasil. As autoras partiram do pressuposto de que o racismo não é apenas um resquício histórico do período colonial, mas ainda hoje estamos sob as marcas deixadas por esse regime, sendo usado como justificativa para as dificuldades da classe trabalhadora, e como fundamento básico da elite para se manter no poder. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com fundamentos no materialismo histórico-dialético e empiria alicerçada em documentos legais e dados oficiais, principalmente no Censo Demográfico do país.

Na última edição do Colóquio, em 2023, apresentou-se apenas uma produção acadêmica nessa temática, foco desta seção, intitulada “População negra e Educação

Profissional no Brasil em um estudo dos censos demográficos: da negação às ações afirmativas”, escrito por Fabiana Teixeira Marcelino, Lenina Lopes Soares Silva e José Moisés Nunes da Silva, tratou-se de um resumo de tese, apresentada e defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, dentro da Linha de Pesquisa Políticas e Práxis da Educação Profissional, pela mesma autora do artigo intitulado: “Apontamentos sobre a classificação racial presente no Censo Escolar da Educação Básica com ênfase na Educação Profissional do Brasil (2005-2018)”, apresentado em 2015. O artigo apresentado em 2023 teve como objetivo mapear os indicadores educacionais dos censos demográficos de 1872 a 2010, visando identificar e analisar o acesso da população negra à educação profissional, com aporte dos seguintes objetivos específicos: investigar as mudanças na classificação racial brasileira nos censos demográficos; analisar os indicadores educacionais nos censos demográficos; discutir os marcos históricos das políticas públicas de Educação Profissional, situando-os historicamente no contexto socioeconômico, relacionando-os com os indicadores educacionais sobre o acesso à Educação Profissional da população negra.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa constatou a relevância da construção do estado do conhecimento sobre ações afirmativas e diversidade para aprofundamento e melhor compreensão dos temas. O contexto investigativo centrou-se na produção acadêmica do Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), que possibilitou o exame de diversos trabalhos e, assim, contribuiu para ensejar novas perspectivas para futuras pesquisas, bem como para ampliação do debate. Desse modo, atestou-se, ainda que importantes, poucas produções nas temáticas das cotas raciais, gênero e educação inclusiva em educação profissional, no sentido da formação humana integral. Contudo, o que se pôde captar nessa jornada do estado do conhecimento, especificamente ao que se refere às ações afirmativas e diversidade, foi um crescimento, ao longo das edições, do número de produções acadêmico-científicas atreladas aos descritores objetos de estudo. Além disso, salienta-se que tais discussões no meio acadêmico têm caráter importante, pois predispõe a reflexões cientificamente fundamentadas em prol da inclusão das diversas minorias sociais, tão silenciadas e marginalizadas historicamente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz. A política nacional da educação inclusiva: perspectivas, desafios e práticas em contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 3241–3252, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11859. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11859>. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 250.p

KUENZER, Acácia Zeneida. EM e EP na produção flexível: a dualidade invertida.

Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 43-55, jan./jun. 2011. Acesso em: 12 ago. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**, Porto Alegre, v. 8, n. 55, p. 69-80, 18 ago. 2021.

RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTTS, Alex (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. 336 p.